

Marcos Leite Almeida

O Tombo da Praça?

Resumo

A Praça dos Três Poderes de Brasília ilustra bem a dificuldade em se definir critérios de valor, para a preservação da Arquitetura Moderna.

A Praça pensada no Plano Piloto de 1957 - um espaço com delimitações claras - não é a projetada e não é exatamente a Praça inaugurada em 1960. No mínimo, porque o partido adotado por Oscar Niemeyer para o Congresso é distinto do sugerido originalmente por Lúcio. Mesmo que se tome a Praça inaugurada como sendo a *representação* primária, canônica, clássica, segue-se a partir daí um processo de modificações que apesar do tombamento pelo IPHAN e o título de Patrimônio Histórico e Artístico da Humanidade concedido pela UNESCO, em 1987, ainda estão em curso.

Tendo em vista contribuir de modo instrumental e provocativo para a discussão, no Seminário e partindo da análise da Praça pensada por Lúcio, o trabalho pretende registrar e comparar as diferentes configurações da Praça ao longo do tempo, sem querer estabelecer, com isso juízo de valor.

Os diferentes momentos:

- a Praça do Plano (1957), a pensada no Plano-Piloto;
- a Praça do Anteprojeto (1958-1959), a primeira versão do Projeto;
- a Praça da Inauguração (1960-1964), ela no momento da inauguração, a verdadeiramente executada;
- a Praça do Regime Militar (de 1964 à 1984), os anexos, a inclusão do Mastro da Bandeira a colonização do cerrado;
- a Praça da Abertura, do Tombamento (1985 até hoje), o Panteão, o Tombamento, os espaços culturais.

Texto Principal

Tendo em vista contribuir de modo instrumental e provocativo e partindo da análise da Praça pensada por Lúcio, o trabalho pretende registrar e comparar as diferentes configurações da Praça ao longo do tempo, sem querer estabelecer, com isso juízo, de valor.

A Praça do Plano (1957)

No relatório apresentado, quando do concurso do Plano Piloto, Lúcio Costa definia a praça cívica da nova capital assim:

“Destacam-se no conjunto os edifícios destinados aos poderes fundamentais que, sendo em número de três e autônomos, encontraram no triângulo equilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, forma elementar apropriada para contá-los. Criou-se então um terrapleno triangular, com arrimo de pedra à vista, sobrelevado na campina circunvizinha a que se tem acesso pela própria rampa da auto-estrada que conduz à residência e ao aeroporto. Em cada ângulo dessa praça - Praça dos Três Poderes, poderia chamar-se - localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base e a do Congresso no vértice, com frente igualmente para uma ampla esplanada disposta num segundo terrapleno, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente arrimado de pedras em todo o seu perímetro. A aplicação em termos atuais, dessa técnica oriental milenar dos terraplenos, garante a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista.”

A Praça pensada no Plano Piloto de 1957 é delimitada clara e precisamente, por três arrimos correspondendo a cada um dos lados do triângulo equilátero “*sobrelevado na campina circunvizinha*”. São dois elementos distintos sobrepostos: o cerrado e a urbanização.

O Congresso efetivamente ocupa um dos vértices, fazendo frente tanto à Praça como à Esplanada dos Ministérios. Os Palácios do Supremo e do Governo, iguais em dimensões, confrontam-se diretamente, mas estão isolados por “praça veicular” de bordos longitudinais curvos; a independência é explícita. *Fórum de Palmeiras Imperiais proposto em 1936 por Le Corbusier*, e espelho d’água completam o conjunto. A implantação do Congresso privilegia o bloco dos plenários colocado no eixo da esplanada enquanto a torre de escritórios é posta lateralmente; o edifício responde, tanto à esplanada como à praça igualmente. A noção de conjunto é reforçada, pela situação topográfica onde Praça e esplanada em mesma cota formam uma “cabeça”, que domina o cerrado e visa o país que ficou para trás; os Palácios do Supremo e Governo se relacionam volumetricamente através do confronto entre seus corpos baixos.

A Praça Projetada (1958-1959)

Em 1958 definiu-se o anteprojeto da Praça, extensamente publicado nacional e internacionalmente a partir de Janeiro.

Alteração substancial ocorre no partido do Congresso: o bloco baixo gira 90° ocupando toda a faixa central da esplanada, sua cota superior igual à da Esplanada está cerca de 8 metros acima da Praça. A torre biparte-se ocupa projeção menor e se posiciona mais centralizada, na composição. Geometricamente, base do triângulo equilátero é alterada, passa de cerca de 650m para cerca de 725m, a faixa central da esplanada permanece com 200m de largura, as vias da esplanada são dimensionadas precisamente., o vértice da “cabeça” que antes tocava o arrimo da esplanada afasta-se desta para acomodar o prédio do Congresso Um sistema de vias de serviço – não previstas – ligando arrimo da esplanada à vias paralelas aos lados do triângulo envolve parques de estacionamentos, público e congressistas, acomodados entre o lado do triângulo e o arrimo da esplanada. O conceito de “cabeça” e esplanada desfaz-se.

Na praça propriamente dita. Os Palácios do Supremo e do Governo, são dispostos sobre um “tapete” de pavimentação uniforme cortado, a frente do Palácio do Governo, pela via que liga o distante Palácio da Alvorada. à Esplanada, a via que vem da Esplanada para a Praça acaba no “tapete”. O “tapete” unifica os Palácios e diminui a independência, ao mesmo tempo em que isola o Congresso, seu Fórum de Palmeiras e o espelho d’água. A noção de conjunto pelo confronto entre volumes baixos, dá lugar a relação entre dois elementos baixos distintos contra marco vertical, emoldurado por plataforma extensa e baixa. Os dois triângulos retângulos limitados pelas vias da Esplanada e lados do triângulo equilátero, são tratados como espaços gramados residuais, a exemplo da Praça Original de 1957.

A Praça Inaugural (1960-1964)

Entre 1958 e a inauguração, em 1960, adaptações e alterações também são feitas, o que pode ser encarado naturalmente em projeto de tal porte.

Temos em 1960, o que chamo de *representação* primária, canônica, clássica fruto do desenvolvimento das versões descritas anteriormente.

A via que vem da Esplanada para a Praça encontra o tapete e dobra em 90°, propiciando retorno em direção à Esplanada, acesso aos estacionamentos a volta do espelho d’água e estabelecendo limite claro com a “Praça do Congresso” (Fóruns de Palmeiras e o espelho d’água). Desintegração da Praça em dois espaços distintos, os Palácios e o Congresso. O Fórum é duplicado e simetrizado. Um novo edifício, de caráter cívico-comemorativo, é adicionado à Praça: o Museu da Fundação, com a função de abrigar os documentos e arquivos sobre a transferência da Capital. Segundo Josep Ma. Botey: “apresenta vantagens e inconvenientes: é certo que impede parcialmente a vista do Congresso desde o centro da Praça, não se pode negar que ocupa de maneira eficaz o espaço compreendido entre os palácios, se observado desde uma perspectiva diagonal”. Os complementos insinuados pelo risco original são executados: o Palácio do Planalto recebe rampa

e parlatório, o Supremo recebe rampa combinada com escadaria e escultura representando a Justiça; a escultura “candangos” de Bruno Giorgi, inicialmente concebida para o Palácio do Planalto acaba por ficar mais ao centro da Praça. Já em 1961 é adicionado à praça, próximo ao Supremo, o Pombal em forma de grampo de roupas.

A Praça do Regime Militar (de 1964 à 1984)

A partir de 1964, com a estrutura urbana definida, as alterações são pontuais, intervenções escultóricas ou edificadas. Proliferam-se os Anexos de cada um dos Poderes, estacionamentos ocupam os “espaços gramados residuais” próximos a cada um dos Palácios e Casa de Chá é instalada na Praça junto à base do triângulo.

Mas a mais catastrófica é a inclusão do Mastro da Bandeira, de altura similar às torres do Congresso; a interferência dele em termos de perspectiva da praça e de todo o conjunto da esplanada é forte, a composição entre dois elementos verticais – Torre de TV e Torre do Congresso – é modificada por esse intruso, posto além do limite da Praça, já na “*campina circunvizinha*”.

A Praça Tombada (de 1985 à até hoje)

Em 1961 Niemeyer escreve:

“Sou a favor de uma liberdade plástica quase ilimitada, liberdade que não se subordine servilmente às razões da técnica ou do funcionalismo, mas que constitua, em primeiro lugar, um convite à imaginação, às formas novas e belas, capazes de surpreender e emocionar pelo que representem de novo e criador; liberdade que possibilite - quando desejável - uma atmosfera de êxtase, de sonho e poesia. É claro que essa liberdade não pode ser usada indiscriminadamente. Nos locais urbanos, por exemplo, sou, ao contrário, pela sua limitação, ou melhor, pela preservação da unidade e harmonia dos conjuntos, com o afastamento de soluções que a eles não se integram plasticamente, sejam, embora, belas e de alto nível arquitetônico. Com esse objetivo, em Brasília, nos setores urbanos a que me referi, fixamos volumes, espaços livres, alturas, materiais de acabamento externo, etc., tendo em vista impedir que a cidade cresça, como as demais cidades modernas, num regime de desarmonia e confusão. Mas nas casas individuais, nos prédios afastados, cercados de áreas livres, garantimos uma total liberdade de concepção, dentro, é lógico, das regras de proporção que a arquitetura sempre exigiu.”

A “*preservação da unidade e a harmonia de todo o conjunto*”, em 1986, cai por terra com o Panteão da Pátria – edifício de caráter comemorativo– de alto nível arquitetônico e de porte similar ao dos Palácios. A sua presença escala e função nada tem a ver simbolicamente, com os 3

Poderes Fundamentais. O contraste entre urbano e cerrado diminui, a horizonte livre já não existe mais, a campina é ocupada pelo Panteão, por sua pavimentação e pelos estacionamentos. Desde a Esplanada o Panteão chega a parecer volume edificado, sobre a plataforma do Congresso.

O Panteão e o Monumento Unesco

São ainda da década de oitenta, o espaço Lúcio Costa – em subsolo próximo ao Museu da Fundação, a Casa de Chá – semi-enterrada junto à base do triângulo, a escultura comemorativa ao Tombamento pela UNESCO, em 1987 e finalmente o espaço Oscar Niemeyer – na campina além do mastro da bandeira, destinado à difusão da arquitetura e do urbanismo.

O tombo parece ter vindo tarde, não fará voltar a verdadeira praça e talvez não seja capaz de impedir o auditório – sobre o espelho d’água – e a nova ligação entre Congresso e Praça. Termina com as palavras de Lúcio em Brasília Revisitada:

“O importante ao pensar na complementação, na preservação, no adensamento ou na expansão de Brasília é não perder de vista a postura original, é estar-se imbuído de lucidez e sensibilidade no trato dos problemas urbanos; e perceber que coisas maiores e coisas menores têm importância análoga, consideradas cada uma em sua escala; é enfrentar os problemas do dia-a-dia com disposição firmeza e flexibilidade; é tanto saber dizer não como dizer sim na busca contínua da resposta adequada, - tarefa tantas vezes ingrata e inglória para os técnicos que participam dedicadamente de sucessivas administrações; é fazer prevalecer o senso comum, fugindo das teorizações acadêmicas e proletárias, e da improvisação responsável; é lembrar-se que a cidade foi pensada” para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e agradável, própria ao devaneio e a especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além do centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos do país’.

O plano piloto de Brasília não se propôs visões prospectivas de esperanto tecnológico, nem tampouco resultou de promiscuidade urbanística ou de elaborada e falsa “espontaneidade”.

Brasília é a expressão de um determinado conceito urbanístico, tem filiação certa, não é uma cidade bastarda. O seu facies urbano é o de uma cidade inventada que se assumiu na sua singularidade e adquiriu personalidade própria graças à arquitetura de Oscar Niemeyer e à sua gente.”

Candangos, 1960.

Museu da Fundação, 1960

Pombal, 1961

Bibliografia

BOTEY, Josep. Ma. Oscar Niemeyer. Gustavo Gili, Barcelona, 1995.

BRUAND, Yves -Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo Perspectiva 1981.

- COMAS, Carlos Eduardo & TURKIENICZ, Benamy- Brasília: Histórico y Análisis. en Ciudades de America", FAPA, Santiago, 92.
- COMAS, Carlos Eduardo- Arquitetura urbana: Cidade Funcional & Figurativa. Oculum 4, Campinas.
- COMAS, Carlos Eduardo. O jovem Niemeyer: a legitimidade da diferença. AU 55.
- COMAS, Carlos Eduardo. Protótipo, Monumento, um Ministério, o Ministério. Projeto 102, São Paulo.
- COMAS, Carlos Eduardo- Teoria Acadêmica, Arquitetura Moderna, Corolario Brasileño Anales del Instituto de Arte Iberoamericano vol. 26 Buenos Aires.
- COMAS, Carlos Eduardo. Una cierta arquitectura moderna brasileña (PROA, Bogotá).
- COMAS, Carlos Eduardo. Lúcio Costa- da atualidade do seu pensamento. AU 38.
- COSTA, Lúcio - Sobre Arquitetura. Alberto Xavier (org), CEUA, Porto Alegre, 1962.
- COSTA, Lúcio. Relatório do Plano Piloto de Brasília. Elaborado pelo ArPDF, CODEPLAN, DePHA. Brasília-D.F, 1991.
- COSTA, Lúcio - Registro de uma vivência Empresa das Artes, São Paulo, 1995
- EVENSON, Norma - Two Brazilian Capitals: Architecture and Urbanism in Rio de Janeiro and Brasília. New Haven: Yale University Press 1973.
- FRAMPTON, K. - Modern Architecture: a Critical History. Thames and Hudson, London, 1980
- HOLSTON, James - The Modernist City: An Anthropological Critique of Brasília University of Chicago Press, Chicago: 1989
- KATINSKI, Júlio. Brasília em três tempos – a arquitetura de Oscar Niemeyer na Capital, Revan, Rio de Janeiro, 1991
- NIEMEYER, Oscar - Minha experiência em Brasília. Vitória, Rio de Janeiro, 1961.
- NIEMEYER, Oscar - Quase memórias: 1961-66. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 1968.
- NIEMEYER, Oscar - Oscar Niemeyer. Mondadori, Milano, 1975
- PAPADAKI, Stamo - Oscar Niemeyer. New York : George Braziller, 1960.
- Revista Arquitetura e Construção, nº 2, Editora Pini, Abril de 1985. Brasília 25 anos
- Revista Arquitetura e Construção, nº 71, Editora Pini. 40 anos do Plano Piloto de Brasília, Número especial.
- Revista Arquitetura e Construção, nº 38, Editora Pini. Documento Lúcio Costa, Número especial.
- Revista Arquitetura e Construção, nº 55, Editora Pini. Documento Oscar Niemeyer, Número especial.
- Revista Brasília Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, nº13, Janeiro de 1958
- Revista A Cultura das Cidades, nº4, Novembro de 1997. André Quicé Editor-Fundação Oscar Niemeyer.
- Revista L'Architecture d'Aujourd'hui, nº80, Outubro-Novembre, 1958
- Revista Módulo, revista de arquitetura e artes plásticas, Rio de Janeiro, nº 8: Plano-Piloto. Julho de 1957
- Revista Módulo, revista de arquitetura e artes plásticas, Rio de Janeiro, nº 9: Praça dos Três Poderes e Congresso Nacional. Fevereiro de 1958
- Revista Módulo, revista de arquitetura e artes plásticas, Rio de Janeiro, , nº 10: Palácio do Planalto e Palácio do Supremo Tribunal. Agosto de 1958
- Revista Módulo, revista de arquitetura e artes plásticas, Rio de Janeiro, , nº 89/90: Brasília 26 anos. Agosto de 1958
- ROWE, Colin & KOETTER, Fred- Collage City, MIT Press, Cambridge Mass, 1978
- UNDERWOOD, David. Oscar Niemeyer and the architecture in Brazil. New York: Rizzoli, 1994.

Currículo

MARCOS LEITE ALMEIDA, Arquiteto (UFRGS, 1997), Professor substituto de História da Arquitetura na FAUFRGS (1998), Professor de informática aplicada à Arquitetura na FAU-Ritter dos Reis (1999), cursando Mestrado pelo PROPARG-UFRGS desde 1999.

Endereço

Rua Affonso Sanmartin 439 Porto Alegre 91410-100

Tel 51 334 2524 ; e-mail: malmeida@pobox.com

[Sumário de Autores](#)

[Sumário](#)

[Sumário de Artigos](#)